



Universidade de Brasília- UnB

Instituto de Letras- IL

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas- LIP

**FONÉTICA E FONOLOGIA NO LIVRO DIDÁTICO:
analisando as relações entre fala e escrita**

Marina Correia de Andrade

Brasília
2015

MARINA CORREIA DE ANDRADE

**FONÉTICA E FONOLOGIA NO LIVRO DIDÁTICO:
analisando as relações entre fala e escrita**

Monografia apresentada à Universidade de
Brasília como requisito para obtenção de
licenciatura em Letras Português e Respectiva
Literatura

Orientadora: Profa. Dra. Walkíria Neiva Praça

Brasília
2015

RESUMO

Este trabalho analisa a abordagem de Fonética e Fonologia nos principais livros didáticos adotados no Brasil durante o ano de 2015. A análise foi feita em dois livros didáticos destinados ao primeiro ano do ensino médio: *Português Linguagens* e *Português Contexto, interlocução e sentido*. O objetivo é apresentar como se dão as relações de fala e escrita nos capítulos destinados à fonética e à fonologia e destacar a relevância da abordagem desses conteúdos para a aprendizagem significativa dos alunos.

Palavras-chave: Fonética e Fonologia; Livros didáticos; Relações entre fala e escrita.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 FALA x ESCRITA.....	5
3 A HISTÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL.....	7
4 CONCEITOS.....	9
4.1. Alfabeto.....	10
5 ANÁLISE DE DADOS.....	12
5.1 Português Contexto, interlocução e sentido.....	12
5.1.1 As diferentes realizações da escrita pelo mundo.....	12
5.1.2 Definição de fonologia.....	13
5.1.3 Definição de fonema.....	13
5.1.4 O conceito de surdo e sonoro.....	14
5.1.5 Neutralização.....	14
5.1.6 Relação entre sons e letras.....	15
5.1.7 Acordo Ortográfico.....	16
5.1.8 A classificação das palavras.....	16
5.1.9 Atividades.....	17
5.2 Português Linguagens - William Roberto Cereja.....	18
5.2.1 O conceito de palavra.....	19
5.2.2 Fonologia e fonema.....	19
5.2.3 Classificação das palavras.....	19
5.2.4 Outros conceitos presentes no LD.....	20
5.2.5 Atividades.....	20
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
7 REFERÊNCIAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

Embora o número de alfabetizados tenha crescido consideravelmente no último século, observamos que a prática da leitura ainda não se tornou um hábito para a população brasileira. Diante dessa situação, as escolas estão formando pessoas que possuem pouca capacidade de interpretar textos ou identificar as diferenças na relação entre fala e escrita. Os livros didáticos é uma das ferramentas mais utilizadas nas escolas para auxiliar professores e alunos e uma grande parte dos estudantes o tem como principal fonte de conhecimento e de leitura. Por isso, é importante que esses livros tragam informações claras, completas e coerentes para enriquecer a aprendizagem do aluno.

Porém, não é isso que geralmente acontece no Brasil. O livro didático (a partir de agora LD) costuma ser usado por alguns professores como único método didático para o ensino. Nem todos os professores são qualificados para trabalhar os conceitos que eles apresentam e os alunos costumam absorver suas informações como única verdade, mesmo quando não entendem ao certo os conceitos abordados pelo livro.

Sendo o LD um grande influenciador na aprendizagem, é de grande importância a avaliação dos conteúdos que eles abordam. Mais que um “criador de conceitos”, o LD é um difusor de idéias que pode disseminar preconceitos ou ideologias, mas que também pode desconstruir mitos e apresentar novas formas de pensamento.

Afim de orientar os professores sobre qual livro adotar e também para verificar eventuais equívocos que podem fazer com que o livro não seja distribuído para as escolas, o Plano Nacional do Livro Didático- PNLD avalia os conteúdos presentes nos LDs periodicamente e divulga resenhas sobre eles. A avaliação de um livro dever ser feita visando o conjunto da obra, mas nesse trabalho será analisada apenas os capítulos destinados à Fonética e Fonologia buscando evidenciar como os livros trabalham esse assunto.

A importância dessa investigação se dá pelo fato de que o ensino de língua portuguesa no Brasil está mais focado na língua escrita e valoriza bem mais a gramática normativa. Porém, deve-se levar em consideração também os conhecimentos prévios do aluno e a realização real da língua. Dessa forma, o ensino de idiomas seria mais significativo e estabeleceria pontes entre a fala e a escrita.

A metodologia de pesquisa utilizada é de caráter investigativo e visa analisar as abordagens de Fonética e Fonologia presentes em dois dos principais livros utilizados no primeiro ano do Ensino Médio no Brasil durante o ano de 2015: *Português Linguagens* e *Português Contexto, interlocução e sentido*.

A análise destaca a apresentação dos conceitos, a profundidade das abordagens, a relação entre convenção ortográfica e linguística - lembrando que os dados que a linguística apresenta são resultados de estudos científicos - o nível de reflexão dos exercícios e a relevância das abordagens para a aprendizagem do aluno.

2 FALA x ESCRITA

Ao final do primeiro ano do ensino médio, espera-se que os alunos identifiquem as diferenças entre a língua falada e a língua escrita e identifiquem os processos que constituem uma comunicação eficaz entre o emissor e o receptor das mensagens independente do meio de comunicação usado.

Existe uma ideologia que supervaloriza a escrita. A fala dos alunos, muitas vezes, é vista com discriminação devido às diferentes pronúncias e expressões idiomáticas utilizadas nos diversos contextos em que o aluno está inserido.

Essa ideologia criou uma falsa função para o ensino de língua portuguesa que pretende ensinar os alunos a “falar corretamente” esquecendo que os estudantes, mesmo em um contato inicial com a escola, por volta de quatro anos de idade, já conseguem se comunicar de forma eficaz oralmente e trazem consigo um vasto conhecimento sobre sua língua materna, ainda que de forma inconsciente.

Qual seria o papel do ensino de língua portuguesa, então? Entre outras funções, a escola e os livros didáticos devem apresentar aos alunos conteúdos que eles não teriam acesso fora da sala de aula, porém sem desprezar seus conhecimentos

prévios. Logo, deve-se ensinar a forma mais adequada de se comunicar em diferentes contextos, tanto no âmbito oral como no âmbito escrito. Explicitar a diferença e as relações de correspondência entre a fala e a escrita é primordial para que o aluno consiga identificar os diferentes contextos de comunicação e, dessa forma, atingir um ensino significativo de língua portuguesa.

É amplamente disseminado que a fala deve imitar a escrita e que essa, portanto, seria a “forma correta de falar”. Eis o primeiro equívoco do ensino de línguas. A princípio, como forma de diferenciação, podemos evidenciar que os estímulos para a realização da fala e da escrita são diferentes. No caso da fala, a audição é estimulada e a resposta se dá pela oralidade podendo ser expressa pela imitação ou tentativa de imitação do som escutado ou como resposta ao que se foi entendido após conhecer o funcionamento semântico das palavras do idioma. No que diz respeito à escrita, o estímulo é, geralmente, visual e está intimamente ligado à leitura, após conhecer o desenho das letras e o significado das palavras, a resposta vem de uma forma motora em que o aluno poderá escrever propriamente.

Fala e escrita têm como objetivo a comunicação, porém esses dois artifícios se articulam de formas diferentes. Geralmente, quando utilizamos a língua oral, temos bem claro em nossa mente quem irá receber a mensagem e qual é a mensagem que pretendemos passar. Caso nosso destinatário não nos compreenda, podemos repetir a informação ou dizê-la com outras palavras de maneira rápida e natural. Na fala é comum utilizar frases incompletas, gírias, expressões e interjeições que são próprias da oralidade.

A escrita geralmente é feita de forma solitária, o que pode trazer certa dificuldade na identificação do destinatário da mensagem. Como o receptor não está presente, o aluno deve conhecer elementos de coesão para ligação de idéias, além de não utilizar frases inconclusas, pois o leitor dificilmente terá a oportunidade de perguntar algo que não tenha ficado suficientemente claro. Outra característica que pode ser destacada é que dentro das salas de aula, muitas vezes, a escrita é vista como uma competição onde o aluno tem um tempo marcado para fazer uma redação, por exemplo. Esse tipo de atividade nem sempre está voltada para o desenvolvimento da argumentação e das técnicas de escrita dos alunos, até porque, em muitos casos, o aluno não teve tempo de pesquisar ou simplesmente desconhece o assunto

sobre o qual deve dissertar e, dessa forma, podemos encontrar um problema também na mensagem enviada e não somente na identificação do destinatário.

Conforme foi apresentado acima, existem várias diferenças entre a fala e a escrita, porém como ambas são ferramentas de comunicação é fácil perceber a influência que uma pode exercer sobre a outra. Analisando a realidade dos alunos de escolas públicas do Brasil, é perceptível que esses estudantes utilizam mais a língua oral que a escrita sendo a fala representada inclusive através da escrita principalmente com o aumento e a facilitação de acesso às diversas redes sociais. Isso mostra que embora os estudantes escrevam mais, a predominância de sua linguagem tem caráter oral.

Eis que surge a necessidade de um ensino significativo da fala dentro das escolas e o LD é um importante aliado nesse processo de aprendizagem, pois ele é, provavelmente, o instrumento mais utilizado pelos estudantes no que diz respeito à leitura e à aprendizagem de língua portuguesa.

Nos LDs, as seções destinadas à fonética e fonologia trazem a discussão entre as relações de fala e escrita. Essas seções deveriam apresentar, mesmo que de forma não muito aprofundada, porém significativa, o estudo da fala, a relação da fala com a escrita e a relação da escrita com o idioma que rege nossa comunicação.

3 A História do Livro Didático no Brasil

A distribuição de livros didáticos é um programa bastante antigo no Brasil. Sua primeira ocorrência foi em 1929 com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) que atendia as escolas públicas e auxiliou na produção dos livros.

Quase dez anos depois, em 1938, foi estabelecido um decreto que cria a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) que regularizou a primeira política de legislação, controle de produção e circulação dos LDs.

Em 1945, um novo decreto sobre a legislação do LD é consolidado e, a partir desse momento, a escolha do livro que será utilizado pelos alunos é responsabilidade dos professores.

No ano de 1966, a distribuição de LD foi impulsionada graças a um acordo feito entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte Americana para Desenvolvimento Internacional (USAID). Esse acordo permitiu a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted) e distribuição de 51 milhões de LD durante três anos. O financiamento foi feito por verbas públicas, o que garantiu a continuidade do projeto.

Posteriormente, em 1970, o MEC utilizou recursos do Instituto Nacional do Livro (INL) para implementar a coedição de livros com editoras nacionais.

Então, em 1971, O INL desenvolveu o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef) que passou a gerenciar os recursos financeiros antes geridos pela Coteld. Dessa forma, o convênio criado entre MEC e USAID acabou e em seu lugar foi implantado um sistema de contribuição financeira para o Fundo do Livro Didático.

Ao longo de quase quinze anos, houve várias extinções e criações de institutos e decretos que regulamentavam a distribuição e os recursos financeiros dos programas de livro didático e somente em 1985, criou-se o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) com mudanças mais significativas como:

- Indicação do livro didático pelos professores;
- Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
- Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias;
- Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores.

Entre os anos de 1992 a 1995, algumas alterações foram feitas no programa devido à limitações orçamentárias, que suspendiam a distribuição gratuita para algumas séries do ensino fundamental e escolas municipais.

No ano de 1996, um grande passo é dado visando a melhora dos LD no país. O MEC começou a avaliar os livros e criou o “Guia de Livros Didáticos”, método utilizado até hoje, que busca excluir da lista de obras livros que possuam erros

conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo.

Em 1997, a FAE foi extinta e a realização do PNLD passou a ser responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Dessa forma, o programa foi ampliado e começou a atender todo o ensino fundamental e diversos componentes curriculares. Em 2001, além de livros, o PNLD também começou a distribuir dicionários para alunos de 1ª a 4ª séries.

Durante os anos de 2001 a 2004, o PNLD expandiu-se e consolidou-se. O que resultou na expansão da distribuição de LDs e dicionários também no EM. Porém somente no ano de 2010, a distribuição de LDs e dicionários atingiu todos os anos do ensino fundamental e médio e contemplou as disciplinas de matemática, português, biologia, física, geografia, química, história, língua estrangeira (inglês ou espanhol), filosofia e sociologia. Além de atender ao Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e à educação especial com obras didáticas em Braille de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e dicionários.

4 CONCEITOS

Antes de apresentar as análises, é importante conhecer alguns conceitos básicos utilizados na fonética, fonologia e ortografia.

Letra: representação gráfica de um som utilizando letras do alfabeto e também é conhecida como grafema.

Ex. p.

Fone: representação gráfica de um som que utiliza os símbolos fonéticos do Alfabeto Fonético Internacional (IPA) e é identificado por estar entre colchetes [].

Ex.: [p].

Fonema: “Em um determinado ambiente, pode ocorrer um ou vários sons, mudando ou não o significado do enunciado, esses sons estão em oposição e são classificados como fonemas.” CAGLIARI (2002). Os fonemas são identificados por estar entre //.

Ex: Oposição fonológica:

Palavra	Transcrição fonética	Significado
Faca	[ˈfakɐ]	1. Instrumento cortante composto de uma lâmina e um cabo.*
Vaca	[ˈvakɐ]	1. Zool. A fêmea do boi.*

*Fonte: <http://www.aulete.com.br/>

Alofones: “Quando não ocorre a mudança de significado, trocando um som por outro em um determinado ambiente, não ocorre oposição fonológica e os sons são variantes de um mesmo fonema.” CAGLIARI (2002).

Ex: Oposição fonológica:

Palavra	Transcrição fonética	Significado
Dinheiro	[diˈɲeru] = [dʒiˈɲeru]	1. Representação de valor material por um sistema de unidades convencionado.*

*Fonte: <http://www.aulete.com.br/>

4.1. Alfabeto

O alfabeto que usamos atualmente é uma evolução do alfabeto grego, ele é regido por dois princípios: o acrofônico e o fonêmico.

De acordo com Cagliari:

a relação entre letras e sons é dada pelo princípio acrofônico, segundo o qual no início de cada letra encontra-se o som que ela representa (...), mas nosso sistema de escrita tem a ortografia além do alfabeto, esse princípio serve apenas como indicador de um dos possíveis sons das letras. Com a ortografia, a relação entre letra e som se estendeu para todas as palavras da língua, levando em conta todas as pronúncias de todos os dialetos. De certo modo, o princípio acrofônico deixou de ser uma exclusividade do contexto caracterizado pela posição inicial das palavras e passou a valer para todos os contextos, ou seja, para toda ocorrência de uma letra, seguida ou precedida por qualquer outra letra.

O segundo princípio que rege o alfabeto é o fonêmico que consiste em uma análise fonológica que identifica os sons que representam contraste nas línguas, dessa forma, pode-se “recuperar aquilo que é funcionalmente significativo” KATO (1986).

4.2 Ortografia

A ortografia visa unificar e neutralizar características específicas das falas para que todos se compreendam independente da forma que pronunciam alguns sons que não acarretam mudança de significado nas palavras.

Ter conhecimento sobre os dois princípios que regem o alfabeto é essencial para perceber que a ortografia é uma representação simbólica da fala e não uma transcrição exata dos sons. Por esse motivo, uma mesma letra pode “abrigar” diferentes sons, da mesma forma, um mesmo som pode ser representado por diferentes letras. A razão desses contrastes, muitas vezes está na origem das palavras, por exemplo, a maioria das palavras que começam com x têm origem árabe e a maioria das palavras que começam ou possuem ch tem origem estrangeira de idiomas diversos. Na escrita e na ortografia, elas são representadas por letras diferentes, porém na fala esses dois segmentos possuem o mesmo som.

A ortografia é, portanto, uma convenção que visa facilitar a comunicação através da escrita entre diferentes usuários de um mesmo idioma.

5 ANÁLISE DE DADOS

5.1 Português Contexto, interlocução e sentido

O primeiro livro analisado é *Português Contexto, interlocução e sentido*. A unidade 4 apresenta os conteúdos solicitados nos Parâmetros Curriculares Nacionais no que diz respeito às reflexões sobre o ensino de gramática, as diferenças entre língua oral e escrita e às representações culturais da linguagem.

Dentro dessa unidade, o capítulo 13 “Oralidade e escrita”, destina-se mais especificamente às relações entre fala e escrita. As primeiras informações apresentadas são os objetivos. Ao final desse capítulo, espera-se que o aluno:

- Reconheça as estruturas características da escrita e da oralidade;
- Defina fonema;
- Explique a relação entre letras e fonemas na escrita do português;
- Utilize corretamente as convenções ortográficas que regulam a escrita do português;
- E reconheça os contextos de uso dos acentos gráficos.

5.1.1 As diferentes realizações da escrita pelo mundo

O livro traz uma abordagem interessante sobre as diferentes formas de escrita como os ideogramas, a existência de sociedades que não possuem sistema formal de escrita, apenas de fala, e a representação dos sons através das letras do alfabeto.

Em contra partida, não ressalva que a fala também não é uma representação fiel da escrita e que, portanto, da mesma forma que a escrita não pode e nem tem a função

de retratar a fala como ela é, a fala, por sua vez, não pode e não pretende reproduzir a escrita.

5.1.2 Definição de fonologia

Esta é a definição de fonologia presente no LD:

“A fonologia é a parte da gramática que se dedica ao estudo dos fonemas de uma língua e sua ocorrência em diferentes contextos.”

Infelizmente, o LD traz uma explicação rasa para os alunos. A maioria dos alunos entendem o termo “gramática” apenas como “um livro com as regras de uso do português”, ou seja, eles conhecem apenas a gramática normativa, também chamada de gramática tradicional. Porém, o termo “gramática” possui outras acepções que não estão ligadas somente à prescrição de regras.

Ao pesquisarmos essa palavra no dicionário online Aulete, encontramos aproximadamente 20 (vinte) conceitos para o termo, incluindo suas utilizações e funções.

A questão é que a gramática a qual o livro se refere, não é a gramática tradicional conhecida pelos alunos e sim um sistema que rege todas as línguas existentes e estuda a estrutura da formação das palavras e das frases, não se ocupando apenas em prescrever normas, mas observando as regras já estabelecidas diacronicamente por um idioma e a pré-disposição humana à fala.

5.1.3 Definição de fonema

De acordo com o LD *Português Contexto, interlocução e sentido*, entende-se fonema da seguinte forma:

“Fonema é a unidade de som que contribui para o estabelecimento de diferenças de significado entre as palavras de uma língua. Entre as palavras *faca* e *vaca*, por exemplo, a mudança de sentido é provocada pela substituição do fonema /f/ pelo fonema /v/.”

A explicação do livro é boa, mas poderia apresentar outras palavras destacando a mudança de significado causada pela troca de diversos fonemas.

5.1.4 O conceito de surdo e sonoro

O livro traz a seguinte colocação:

“A simples diferença entre um som surdo [s] e outro sonoro [z] provoca uma mudança de sentido na palavra. Por esse motivo, dizemos que /s/ e /z/ são fonemas do português.”

Essa afirmação pode trazer diversas interpretações equivocadas para um aluno leigo ou que nunca teve contato com conceitos de fonética e fonologia. O livro usa os termos “som surdo e sonoro” e exemplifica com [s] e [z], porém não explica que o som surdo é, na verdade, um som produzido sem a vibração das cordas vocais e o som sonoro possui a vibração das cordas vocais. Dessa forma, o aluno pode entender que sons surdo e sonoro são somente as letras s e z, respectivamente, já que também não há nenhuma explicação sobre o uso desses termos para distinguir os fonemas nem o porquê do uso de [] ou / /.

Outro ponto que deve ser observado é que em alguns casos, mesmo com a mudança na pronúncia dos sons, o significado da palavra não se altera. Portanto, seria importante explicar sobre o conceito de Alofone para que o aluno não interprete que /s/ e /z/ são os únicos fonemas do português. Por exemplo, o s da palavra “dois” pode ser dito de diferentes formas sem causar alteração no significado do léxico.

5.1.5 Neutralização

Os autores destacam a utilização da letra t que pode ser representada com sons diferentes no âmbito da fala de acordo com a região do país em que ele é pronunciado. Nesse momento, poderia ser destacado o aspecto fonológico dessas palavras e o conceito de neutralização, mas o livro trata apenas como uma variação fonética e, mais uma vez, não explica sobre a definição de alofone que seria bastante pertinente também nesse momento. Além disso, o LD poderia utilizar os fonemas /s/ e /z/ apresentados anteriormente para explicar o fenômeno de neutralização. Uma vez que, a posição dos sons [s] e [z] podem ou não ser distintivos em uma palavra, e como proposta de exercício solicitar hipóteses de uso e destacar que essa é uma das áreas de estudo da fonologia: interpretar pequenos detalhes de um idioma, destacando seus contrastes e suas semelhanças.

5.1.6 Relação entre sons e letras

O livro traz alguns tópicos que relacionam o uso das letras com os sons. Um desses tópicos é intitulado como “A relação entre sons da língua e a escrita alfabética”. Quem já possui certo conhecimento na área da linguística, consegue interpretar o que o LD busca explicar. Mas tendo em vista que, os alunos não são especializados nesse assunto seria necessário uma explicação mais clara sobre o tema. A explicação poderia resgatar a história e os princípios que regem o alfabeto - acrofônico e fonêmico - e não apenas afirmar que “o sistema alfabético prevê a representação apenas dos fonemas, e não de todos os sons que ocorrem na língua”. Entretanto, a explicação sobre o sistema alfabético da escrita regido pela ortografia apresenta uma boa explicação quando afirma que a ortografia “estabelece normas para a utilização das letras na representação dos fonemas das diversas palavras da língua.”

Existe um quadro exemplificando o número de sons *versus* o número de letras de uma palavra para mostrar o contraste existente entre fala e escrita. Esse modelo de

representação não é utilizado por manuais ou livros de fonética, encontramos esses exemplos apenas em LDs. De fato, o papel da fonética não é comparar o número de letras em relação aos sons das palavras e os LDs que trazem essa abordagem não estão mostrando as reais funções e usos da fonética e da fonologia.

O livro também apresenta um quadro com exemplos de palavras que se articulam de forma diferente quanto à pronúncia, mas têm a mesma grafia. Esse quadro poderia ser usado como uma explicação das funções da fonologia no que diz respeito à identificação de fonemas, porém não há nenhuma correlação com o assunto. Além disso, o LD mistura os símbolos fonéticos com as letras.

5.1.7 Acordo Ortográfico

O livro traz uma rápida abordagem sobre os acordos ortográficos, o que é importante para que os alunos compreendam que esse acordo existe para melhorar o diálogo entre países diferentes que adotam uma mesma língua como idioma oficial. Mas é importante também destacar que existem regras que não são regidas por princípios fonológicos, ou seja, não houve nenhum estudo científico que mostrasse uma razão lógica para o uso dessas regras, como acontece com a colocação do hífen. Esse seria um bom momento para discutir qual a relevância e utilidade dessas regras e o que a não utilização dessas normas podem representar semanticamente e também para a sociedade tanto no que diz respeito ao conhecimento da linguagem culta quanto ao que se refere ao preconceito linguístico.

5.1.8 A classificação das palavras

Há uma sessão dedicada à explicação de palavras parônimas e homônimas em suas subclassificações: heterográficas, homográficas heterofônicas e homófonas homográficas.

O livro trabalha conceitos e exemplos e, mais uma vez, não relaciona esse conteúdo com os aspectos fonéticos e fonológicos.

No que diz respeito aos acentos, o livro traz uma abordagem mais voltada para a ortográfica do que para a fonética e ensina regras de acentuação gráfica e classificações de palavras de acordo com a sílaba tônica. Diante disso, dois pontos podem ser destacados: o primeiro é a falta de abordagem das várias realizações que uma vogal pode ter de acordo com critérios fonéticos. Essas características, muitas vezes estão presentes na fala e não são representadas graficamente e mesmo assim representam o acento no idioma português e a distinção no significado de palavras. Outra questão que deveria ser observada é que a classificação de palavras considerando sua tonicidade (oxítona, paroxítona e proparoxítona) é um conceito puramente ortográfico. Esse raciocínio não leva em consideração as diversas realizações da fala, onde, em muitos casos, não há separação entre palavras alterando completamente as noções de palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas.

Explicar esses temas sem relacioná-los com a fonética não faz sentido quando a unidade do livro é dedicada a isso. Esses conceitos poderiam estar expostos em qualquer parte do LD, pois é baseado na decoração de regras e não no estudo científico de como as palavras se articulam em uma frase a partir da análise fonética ou fonológica.

5.1.9 Atividades

Existem duas atividades para observação de frases populares que, de acordo com livro, desrespeitam as regras da língua portuguesa. Em seguida, os estudantes devem hipotetizar o possível contato que os autores das frases têm com a escrita e “que marcas presentes no texto violam os padrões ortográficos vigentes no português escrito”. Por fim, em uma das atividades, pede para que os alunos criem uma hipótese para explicar o uso do “u” em “perduar”.

Essas atividades possuem pontos positivos e negativos. Um dos pontos que podem ser melhorados é a super valorização da escrita em detrimento da fala e uso de

termos como “desrespeitar” ou “violar” as regras ortográficas. Outro ponto que merece atenção é a relação que o livro faz com o autor da frase e suas práticas de escrita. O que irá determinar o nível de escrita de alguém não está relacionado apenas com a prática de escrever textos, pois, dessa forma, ele pode escrever sobre vários assuntos e utilizar sempre a mesma grafia nas palavras que são consideradas erradas pela ortografia. O livro poderia questionar a relação que o autor da frase tem com a escrita, quais são as marcas de oralidade etc. O bom desempenho ortográfico está mais ligado à leitura e ao grau de escolaridade do que à prática da escrita em si. Uma vez que, o livro destaca apenas o desempenho ortográfico e não a capacidade de argumentação, coerência, criatividade e outros elementos de um bom texto, torna-se difícil avaliar a prática de escrita desse indivíduo.

A outra questão traz uma boa reflexão sobre um uso corrente no português: a redução das vogais. O termo “perduar” exemplifica bem esse fenômeno e mostra uma boa comparação entre a língua oral e a escrita.

Podemos destacar, positivamente, o questionamento sobre o uso dos fonemas /s/ e /z/ em uma das atividades.

A interpretação de texto também é explorada principalmente a partir do jogo de palavras.

O livro apresenta uma crônica interessante sobre a linguagem na internet e as “novas ortografias” criadas para facilitar a comunicação. O texto apresenta bons exemplos das adaptações, mas também apresenta dados que não são padrões dentro dessa nova concepção de escrita. Por exemplo, quando afirma que a letra h é utilizada para indicar acentos. De fato este é o uso regular, porém, preferencialmente, em palavras monossílabas como né > neh; só> soh, e não como indicado no LD no interior das palavras como possível > possihvel.

A proposta da atividade, mais uma vez, supervaloriza a ortografia propondo que uma pessoa idosa não conseguiria “decifrar” as mensagens com as novas formas de escrever as palavras e, por isso, os alunos deveriam reescrever o texto de acordo com a ortografia. A afirmação do livro é completamente equivocada, pois os princípios que regem as novas formas de escrever as palavras são totalmente compreensíveis porque tentam reproduzir a fala através da escrita de uma forma sistemática. Para que os alunos trabalhassem as relações entre a fala e a escrita seria excelente que o LD trouxesse uma atividade que buscasse investigar as razões

que levaram as pessoas a escrever daquela forma e quais são as formas que estão presentes na crônica e não são evidenciadas no uso real.

5.2 Português Linguagens - William Roberto Cereja

O segundo livro analisado foi *Português Linguagens* - William Roberto Cereja e Thereza Cochar.

O capítulo destinado à fonética e fonologia é intitulado de Sons e Letras e inicia-se com a análise de um poema que brinca com as palavras e os diferentes sons que uma mesma letra pode representar.

5.2.1 O conceito de palavra

O livro busca conceituar palavra, mas esse conceito é um tanto quanto contraditório e gera muitas divergências entre os linguistas. A abordagem que o livro traz não é completa e baseia-se, principalmente, nos critérios da gramática normativa.

5.2.2 Fonologia e fonema

O LD conceitua fonologia e fonema e, mais uma vez, os critérios utilizados são os da gramática normativa ou uma mescla de conceitos convencionados e científicos.

O conceito de fonema chama atenção ao afirmar que “Fonema é a menor unidade sonora das palavras”. O fonema mais do que uma unidade sonora, é uma unidade de significado e distinção entre os sons. A menor unidade sonora é o Fone.

Mais a frente, o livro apresenta duas funções para os fonemas: a construção de palavras de acordo com a posição e a distinção no significado dessas palavras.

O próximo tópico traz a classificação dos fonemas em vogais, semivogais e consoantes. As explicações são claras e permitem que os alunos tenham um conhecimento sobre a estrutura das sílabas do português e algumas noções da articulação do aparelho fonador para produzir a fala - mesmo que o aparelho fonador não seja apresentado e nem ao menos citado neste LD.

O livro apresenta a relação entre as letras e os símbolos fonéticos, porém não apresenta a IPA e nem explica o que ele é e quais são suas funções.

5.2.3 Classificação das palavras

Como foi apresentado, além do conceito de palavra ser discutível, na fala, muitas palavras se unem ou são “reduzidas” modificando o número de sílabas e, portanto, as classificações em monossílaba, dissílaba, trissílaba e polissílaba e oxítona, paroxítona e proparoxítona podem ser entendidas de forma diferente quando o foco da análise está na fala. Uma vez que, o tema desse capítulo é destinado à reflexão sobre a fala e a escrita, é necessário discernir quando uma classificação diz respeito à ortografia ou à fonologia. Sem relacionar os assuntos, essas classificações nada mais são que conceitos ortográficos.

5.2.4 Outros conceitos presentes no LD

O LD trabalha vários conceitos ortográficos como os tipos de sílaba (tônica e átona), encontros vocálicos (hiato, ditongo, tritongo), encontros consonantais e dígrafos.

As explicações para esses conceitos, geralmente trazem uma abordagem linguística e uma classificação ortográfica, mesmo que não estejam explícitas no texto. Porém, mais uma vez, encontramos a mescla desses conceitos e o uso de símbolos fonéticos e letras em um mesmo contexto sem a explicação do que seria o IPA.

O LD não traz a importância da pronúncia diferenciada na distinção de significados para palavras que possuem a mesma grafia. Esse tipo de análise é essencial para o ensino de fonética e fonologia, pois está diretamente ligada à fala. A simples leitura de uma palavra fora de um contexto que possui dois significados, mas é grafada com a mesma forma, não distingue essas diferenciações. É certo que, dentro de um texto as palavras aparecem sempre dentro de um contexto, porém é importante salientar as diferenças fonéticas para que o aluno perceba que uma mesma letra pode conter realizações que não estão previstas no alfabeto. Essas diferenças seriam impossíveis de serem compreendidas se não fossem analisadas por uma outra perspectiva: a perspectiva fonêmica. Apesar dessa abordagem não ser trabalhada de maneira formal na escola, ela pode ser entendida pelos falantes de um idioma ao pronunciar os sons das palavras.

5.2.5 Atividades

Uma das atividades consiste na análise de História em Quadrinhos com destaque às palavras que possuem grafia parecida e significados diferentes.

Existe uma atividade que solicita que os alunos destaquem a sequência de palavras com o som fechado (ô). Essa não seria uma atividade muito significativa, pois além das palavras estarem descontextualizadas, elas podem apresentar interpretações diferentes de acordo com a região em que o aluno vive.

Existem também atividades que solicitam a identificação de fonemas dentro de uma palavra e da grafia correta de acordo com a variante de prestígio. Se levarmos em consideração que a maioria dos alunos, geralmente de escolas públicas, não tem o hábito de ler, esse exercício será pouco significativo, pois para ele a identificação de fonemas diferentes que são representados por um mesmo grafema não terá diferenciação quando analisado somente pela escrita quando, na verdade, a diferenciação se encontra na fala. Para que esse exercício coopere para a aprendizagem das várias representações fonêmicas que um grafema pode ter, seria

necessário que os alunos ouvissem a pronúncia das palavras e não apenas lessem como elas são grafadas.

Algo parecido ocorre quando o LD solicita que os alunos apontem qual é a “norma-padrão” das palavras apresentadas. Os alunos, geralmente, irão se guiar por suas próprias falas e poderão entender que essa é a norma-padrão, ou seja, a norma mais usada entre os falantes. Essa atividade, apesar de apontar as relações e adaptações que os falantes fazem quando escrevem, procura focalizar mais na ortografia e não na reflexão sobre o uso da língua.

Por outro lado, o livro contém exercícios que estimulam ao raciocínio sobre a fala e a escrita, evidenciando as funções dos fonemas na distinção dos significados das palavras e mostrando variações que são mais destacadas na fala do que na escrita como a rima entre as palavras beijo e vejo. Além de explorar, algumas vezes, a interpretação de texto a partir da sonoridade do poema.

Entretanto, em alguns momentos, o LD solicita respostas que não estão presentes no livro como a explicação dos traços distintivos surdo e sonoro dos sons.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois livros analisados possuem certo empenho na explicação dos conceitos fonéticos e fonológicos de modo significativo para os alunos. Porém, na maioria das vezes, essas explicações são superficiais ou incompletas e não atingem totalmente as necessidades do estudante na construção do texto. Logo, em muitos momentos, não relaciona as características próprias da fala com as características próprias da escrita.

Um dos principais problemas é a supervalorização da ortografia. Em geral, os conceitos apresentados no LDs são abordados do ponto de vista ortográfico com pouca ou nenhuma relação com os conceitos linguísticos.

Nenhum dos dois livros apresenta o Alfabeto Fonético Internacional IPA, porém apresentam os símbolos fonéticos, muitas vezes junto aos grafemas. Conceitos próprios da fonética ou da fonologia como “surdo e sonoro”, “oclusivo”, “linguodental” etc são apresentados sem mostrar a relação dessas classificações com o IPA que,

por sua vez, relaciona-se com o sistema fonador. Apenas no livro *Português Contexto, interlocução e sentido* há uma citação do termo sistema fonador. Nenhum dos dois livros mostra o que é o aparelho fonador e nem porque os as classificações do IPA são baseadas na posição que esses órgãos ocupam no corpo humano.

A simples apresentação do IPA nos LDs ajudaria a explicar como e porque ocorrem as assimilações e as variações em diversas palavras brasileiras.

Os livros também não destacam os usos nem as funções da fonética e da fonologia, porém destaca a função dos fonemas. Estudar esses conceitos e não conhecer suas aplicações é apenas decorar nomenclaturas. Em nenhum momento os LDs tratam sobre o trabalho dos linguistas em resgatar línguas pouco estudadas que, algumas vezes, ainda não possuem forma escrita nem uma gramática descritiva. Além disso, em nenhum momento os livros explicam que os sons presentes no IPA são universais e servem de base para a aprendizagem de qualquer idioma do mundo e que uma de suas aplicações é a identificação da pronúncia correta de um verbete que está nos dicionários que trazem a transcrição fonética.

No que diz respeito aos acentos e às pronúncias de palavras, os livros prendem-se aos conceitos ortográficos e não estabelecem relações desses conceitos com a fonêmica. Mais uma vez, a aprendizagem não será significativa e se baseará na decoração dos conceitos.

As atividades do livro *Português Linguagens* são mais significativas, pois apresenta mais reflexões sobre fala e escrita. O livro *Português Contexto, interlocução e sentido* embora também traga alguma reflexão sobre o assunto, tem o foco mais concentrado em evidenciar a variedade culta do que refletir sobre as relações entre linguagem oral e escrita.

De acordo com BAGNO (2013), uma das possíveis explicações para a supervalorização da linguagem escrita em detrimento da linguagem oral é o interesse das grandes editoras em manter uma ideologia que valoriza mais a gramática normativa do que a gramática descritiva porque, entre outros fatores, a comercialização de manuais normativos de língua portuguesa ainda é muito rentável.

7 REFERÊNCIAS

ABAURRE, M.L.M; ABAURRE, M.B.M; PORTARA, Marcela. **Português Contexto, interlocução e sentido**. Ed. Moderna. São Paulo, 2014.

BAGNO, Marcos. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. Ed. Parábola. São Paulo, 2013.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Análise fonológica: introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico**. Ed. Mercado de Letras. Campinas-SP, 2002.

CEREJA, Willian Roberto et COCHAR, Thereza. **Português Linguagens 1**. Ed. Saraiva. São Paulo, 2014.

CRISTÓFARO, Tais Silva. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. Ed. Contexto. São Paulo, 2005.

ILARI, Rodolfo. **A linguística e o ensino da língua portuguesa**. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 1992.

KATO, Mary. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. Ed. Ática. São Paulo, 1986.

KNIES, Clarice Bohn et GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos. **Elementos de fonologia e ortografia do português**. Ed. Universidade/UFRGS. Porto Alegre, 1989.

MASSINI-CAGLIARI, G. et CAGLIARI, Luiz Carlos. **Diante das letras: a escrita na alfabetização**. Ed. Mercado de Letras. Campinas-SP, 1999.

MASSINI-CAGLIARI, G. et CAGLIARI, Luiz Carlos. **Fonética**. Introdução à Linguística. Domínios e fronteiras, 2001.

Sites utilizados:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=66&id=12391?option=com_contentview=article

<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>

Acessados em 17 de abril de 2015.